

Jornal do Brasil: Impressões de Memória

(O Jornal do Brasil e a auto-construção de sua memória em 1891)

Marialva Barbosa*

RESUMO

A autora procura reconstruir a história do Jornal do Brasil, criado em 1891, a partir de Velhos Fatos e Temas, reconstituídos através do conceito de memória, procurando distingui-lo como um conjunto de relações de fatos. Utiliza-se, entre outros, os conceitos do historiador Jacques Le Goff.

Palavras-Chave: Memória; História; Jornalismo

ABSTRACT

The author proposes to recover the history of the Jornal do Brasil, founded in 1891, from old facts and themes, which were recovered using the concept of memory, trying to distinguish a group of relations. She uses the concepts of the historiographer Jacques Le Goff, among others.

Key words: Memory; History; Journalism

RESUMEN

La autora busca reconstituir la historia del "Jornal do Brasil", creado em 1891 a partir de viejos acontecimientos y temas, reconstituído a través del concepto de memoria, buscando distinguirlo como um conjunto de relaciones entre hechos. Utilízase de los conceptos del historiador Jacques Le Goff entre otros.

Palabras clave: Memoria; Historia; Periodismo

* Marialva Barbosa - Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Jornalista, Mestre em História pela UFF e doutoranda em História, elaborando no momento tese sobre os cinco mais importantes jornais diários do Rio de Janeiro no período 1880-1920, onde se inclui o Jornal do Brasil.

INTRODUÇÃO

Quando entrei pela primeira vez na sede do Jornal do Brasil tinha acabado de completar 18 anos. A redação e a administração funcionavam ainda na Av. Rio Branco, no prédio construído no início do século, para abrigar especialmente o jornal criado em 1891. Fechando os olhos ainda é possível ver a fachada acinzentada, a redação no segundo andar com suas janelas envidraçadas, sentir o cheiro de cigarro no ar e ouvir barulhos que o tempo tornaram quase imperceptíveis.

Esse exercício de recordação de um velho tempo, feito abruptamente, se mostra cenas apagadas na memória de um narrador distanciado em relação ao objeto de sua narrativa, evidencia, também, que a preocupação constante do pesquisador se relaciona a uma história que é também individual.

Porque se preocupar em recuperar, ou melhor, em reconstruir a história dos meios de comunicação? Porque estudar velhos pedaços de papéis - documentos - que falam da Imprensa de uma outra época?

Reconstruindo essa história, essas narrativas, estaremos de certa forma recuperando relatos que são também individuais.

Se nada há de científico nessa afirmação, pelo menos existe a clareza de que não há possibilidade de isenção diante da história reconstruída. Ao falar de velhos fatos, de velhos temas, estamos irremediavelmente falando de nossa própria história. Estamos também introduzindo um feixe de subjetividades nessa reconstrução: a do narrador de hoje - o historiador - e a dos de ontem, contidas nos relatos, documentos...

Ciente dessas limitações, dessas armadilhas, buscamos permanentemente no passado restos - "reliquias" - que o torne presente, possibilitando sua reconstrução, sua transformação em história.¹

Ao trabalhar com o conceito de memória, outras dificuldades e desafios também se antepõem. Distinguindo memória e história por possuírem fundamentalmente natureza diversa, é preciso perceber a memória como um conjunto de relações, de acumulação de fatos e sobretudo, como uma dialética entre lembrança e esquecimento. só é possível lembrar porque é permitido esquecer.²

1 Alguns autores que dedicaram textos a questão da memória utilizam metáforas extremamente ricas para a ela se referir - Jacques Le Goff se refere aos "vestígios" mneumônicos, num texto que destaca fundamentalmente o caráter plural e a crucialidade do conceito de memória. G. Duby fala dos "farrapos" de memória, dos quais se servem a história na sua seletividade. Lowenthal distingue, história, memória e reliquias - as três, vias de acesso ao passado - sendo que as últimas é que dariam tangibilidade a esse passado. Pierre Nora fala do conceito lugar de memória, onde se encontrariam a memória e a história. Cf. J. Le Goff. "Memória", in *Enciclopedia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Georges Duby. "A memória e o que ela esquece", in *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989 David Lowenthal. *The past is a foreign country*. Cambridge University Press. 1988. Pierre Nora (ed). *Les lieux de memoire*. Paris, Gallimard, 1984.

2 David Lowenthal evidencia como central na questão da memória a dialética lembrança x esquecimento. Para o autor a memória seria uma seletiva reconstrução do passado, baseada

Outro ponto central é a questão memória e poder. Percebendo o escrito como uma seleção, como uma construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação de memória, como detentores de poder. Tornar-se senhores dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento.³

O jornal ao selecionar fatos, ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar/esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento.

Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retém o excepcional. Mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias há sempre um nexo da narrativa que transpõe esses acontecimentos do lugar do comum para o do extraordinário.

Aprisionando o acontecimento nesse suporte de excepcionalidade, reproduz sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional.

Por outro lado, a escrita deve ser vista como elemento básico de uma construção seletiva da memória, que engendra sobretudo a questão do poder. Eternizar um dado momento, através da escrita é, ao mesmo tempo, "domesticar e selecionar a memória".⁴ Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve ficar em zonas de sombras e de silêncio, tornar-se-iam também senhores de memória.

Se isso se dá em relação aos relatos de maneira geral, haveria alguma especificidade no que diz respeito à memória de si mesmo criada pelos próprios jornais? Como formador de memória, que auto-definição de identidade seria construída pelo jornal?

em ações subsequentes - ou seja, não localizável nesse passado - em percepções e novos códigos, através dos quais nos delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo a nossa volta. A memória, dessa forma, não preservaria o passado, mas adaptaria-o, de forma que pudesse enriquecer e manipular o presente. Essa seleção é feita pela história, que, dessa forma, se constitui numa construção subjetiva e seletiva desse passado. Memória seria, portanto, um conjunto de relações, de acumulação de fatos e de uma dialética entre lembrar e esquecer. Só é possível lembrar porque é permitido esquecer. Cf. David Lowenthal. *The past is a foreign country*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1989, pp. 185-259.

3 A relação memória/poder - principalmente no que se refere à escrita - é abordada por Jacques Le Goff que configura a memória escrita como uma construção e, portanto, diretamente ligada à questão do poder. O autor diz literalmente: "Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam às sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva". Cf. J. Le Goff, op. cit. p. 13.

4 Também G. Duby relaciona memória e poder, evidenciando o papel da escrita, como uma forma de controle, cerceamento, de "domesticação" da memória. Dominar a escrita é ter o poder de domesticar e selecionar a memória, considerando-a como um verdadeiro monumento, Duby acrescenta que a memória fixada pelo escrito pertence ao domínio do excepcional. Cf. G. Duby, op. cit. p. 66-67.

Essas questões centrais, no caso desse trabalho, se restringiram a um único periódico - o **Jornal do Brasil** - nos primeiros tempos. Isso porque desejamos ver que tipo de auto-construção de identidade foi forjada pelo jornal no momento em que entrava em cena no Rio de Janeiro.

O que o **Jornal do Brasil** falava de si mesmo? O que era ser jornalista e fazer jornal neste periódico? Que auto-memória foi construída no momento de sua fundação? O que era o **Jornal do Brasil**, a partir de seus próprios relatos? Ou seja, o que procuraremos ver é o jornal, enquanto formador de memória, auto-definindo uma identidade.

Essa auto-definição, como veremos, fazia parte de um processo mais amplo porque passava a palavra impressa, na virada do século, onde se insere o simbolismo da palavra escrita e a ampliação da cidade letrada no processo de modernização do Rio de Janeiro. A palavra escrita passará a ter um sentido de permanência que a igualará a idéia de eternidade e verdade, em contraposição à falada, constitui-se em documento, revelando-se, a priori, prova, enquanto a oralidade é identificada por perenidade.⁵

A preocupação em identificar o escrito com o verossímil, fazia com que os diários multiplicassem as provas de autenticidade da notícia. A fixação de boletins impressos na porta das redações passou a ser uma prática difundida. A fotografia, já no início do século, foi utilizada nas revistas ilustradas como exemplo maior da prova e da autenticidade da informação.

Num instigante artigo publicado, pela primeira vez, em 1982, o historiador norte-americano Robert Darnton destaca o fato de os sistemas de comunicação terem uma história, embora nem sempre haja historiadores dispostos a estudá-la.⁶

Esse silêncio ideológico sobre a história dos impressos é uma das razões para uma preocupação sistemática com a história desses sistemas. Nesse sentido, a escolha do tema desse trabalho se constitui numa análise particularizada para uma pesquisa mais ampla, ou melhor dizendo, se torna um micro-universo dentro de uma reflexão mais ampla.

Dividiremos este trabalho em duas partes distintas. A primeira centrar-se-á na identidade construída pelo próprio **Jornal do Brasil** sobre ele mesmo, evidenciando-se as estratégias, valores e apelos criados para formar uma imagem-memória. A segunda analisará especificamente a seleção do que é memorável para o próprio jornal, ao destacar o conteúdo das chamadas edições comemorativas. Editados em datas relevantes, segundo um critério do próprio jornal, esses cadernos imprimem, pois, o que merece ser lembrado

5 A representatividade da escrita nas cidades da América Latina e a ordenação dos espaços urbanos a partir da normatização efetuada por um grupo que manejava a escrita e que foi fundamental para a constituição física e significante da cidade é analisada por Angel Rama. Essa cidade letrada, segundo o crítico uruguaio, dominando a cidade real, exercia papéis ordenadores, modernizadores e revolucionários. Cf. Angel Rama. *A cidade das letras*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

6 O artigo do historiador norte-americano, publicado no Brasil, no livro *O Beijo de Lamourette*, foi originalmente editado em *Daedalus*: 65-83. Cf. Robert Darnton, *O Beijo de Lamourette - mídia cultura e revolução*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, pp. 109-131.

duas vezes: na edição original e agora, anos com uma seletiva reconstrução do seu passado, onde se delineiam, se simbolizam e se classificam em relação ao que está à sua volta.

Através dessas edições também recuperam fatos da cidade e da história oficial. Assim sendo, esses documentos centram-se em três eixos de conteúdo: o próprio jornal, a cidade e os fatos históricos nacionais.

A memória, como a história, realiza, ainda que de forma diferenciada, uma seletiva construção do passado. O historiador está sujeito a imposições, limites e influências de natureza cultural e ideológica. A história é construída por homens comuns que colocam a sua subjetividade à serviço dessa reconstrução.

Essa dada visão de história, que não se preocupa em recuperar a verdade dos fatos - até porque o que realmente aconteceu é inatingível - se, por um lado reafirma os seus próprios limites, por outro engendra um caminho de liberdade.

Não há preocupação com a verdade absoluta. Estamos apenas, como observadores, desviando o nosso olhar do hoje para o ontem, para, quem sabe, entender o nosso próprio mundo.

M. Finley, no artigo Mito, Memória e História, debate, sob certo aspecto, essa questão, quando afirma ter o historiador, depois de Tucídides, lutado entre a questão da verdade. De fato, a história não seria construída de verdade, mas de fatos. A isso acrescenta-se a idéia de uma narrativa histórica constituída de uma série contínua de eventos localizáveis no tempo.

Num texto escrito há algum tempo defini história a partir de sua igualdade a um outro conceito extremamente abstrato e, paradoxalmente, profundamente concretos: vida. Nesse texto agradecia a quem possibilitou que eu enxergasse a vida e a história como a essência de uma energia maior que se transformava em luz. Agradeço a possibilidade de continuar vendo a história dessa forma.

JORNAL DO BRASIL - DE "APOLÍTICO" A "POPULARÍSSIMO"

Quando o **Jornal do Brasil** começou a circular, em 9 de abril de 1891, existia no Rio de Janeiro pelo menos quatro grandes jornais: o **Jornal do Commercio**, a **Gazeta de Notícias**, o **Paiz**, e o **Diário de Notícias**.⁷

O editorial de lançamento de Rodolfo Dantas, fazia questão de afirmar que o jornal não era "político" e que, apesar de não ter contribuído para a

7 Embora fosse extremamente numerosa e variada, poucos eram os jornais que podiam ser classificados como da "grande imprensa". Além desses periódicos citados - que se caracterizam pela inovação de se constituírem em moldes empresariais, querendo de todas as formas alcançar o status de modernos - existiam uma série de outros jornais, que se caracterizam, sobretudo, pela efemeridade. Citamos: **A Rua**, **Folha Popular**, **A Tribuna**, **Cidade do Rio**, **Correio do Rio**, **O Brasil**, **Diário do Brasil**, **Gazeta da Tarde**, **Gazeta Moderna**, **Correio do Povo**, **Jornal do Povo**, **Diário do Comercio e Diário Oficial**. Cf. **Max Leclerc**. **Cartas do Brasil**, São Paulo, 1942.

implantação da República, considerava um dever de patriotismo ajudar na sua consolidação.⁸

Desde o primeiro instante procurava reafirmar a sua imparcialidade diante de facções políticas, uma vez que possuía um dever mais nobre: o de fiscalizar os poderes públicos. Só com a liberdade de não estar atrelado a nenhum grupo é que seria possível ao jornal cumprir o

"o serviço mais supremo e leal da imprensa aos sistemas políticos como o que atualmente nos rege: o mérito desse serviço sobe de ponte, de valor e de necessidade a considerarmos que suprimidas as normas parlamentares, até aqui representadas mesmo nesta forma de governo o meio de fiscalizar os abusos do poder, essa função essência das sociedades livres há de tocar naturalmente e na sua maior latitude a imprensa".⁹

Começava aí, no primeiro número, a criação de uma auto-identidade que destacava o papel fiscalizador e denunciador da imprensa e, especialmente, do jornal, só possível, segundo o argumento frequentemente repetido, em função de sua independência política.

Na prática, entretanto, o jornal era monarquista, tendo a redação chefiada, ainda em 1891, por Joaquim Nabuco, que publicou uma série de artigos sob o título "Ilusões Republicanas" e "Outras Ilusões Republicanas", onde criticava a crescente adesão ao novo regime.

Relatos, inúmeras vezes reproduzidos nas edições comemorativas do jornal, contam também que no dia do seu lançamento, um grupo, de forma provocativa, gritara à porta da Rua Gonçalves Dias 56, onde funcionava a redação e as oficinas, "Viva a República", apesar do pavilhão preto hasteado por Rodolfo Dantas à porta do jornal. A ausência de cor queria indicar, segundo a tradição da época, isenção política.¹⁰

No seu primeiro número, gráfica e editorialmente em muito pouco diferia dos outros diários já em circulação. Com quatro páginas, geralmente impresso em oito colunas, dedicava a primeira a um artigo de fundo, opinativo, que se constituía no texto mais importante do jornal. Ainda na primeira página, outras colunas - Telegramas, onde vinha impresso o noticiário internacional, e Notícias Diversas, que continha inclusive notas de cunho policial - dividiam o espaço com o folhetim, que ocupava diariamente a parte inferior da página em toda sua extensão.

Gênero literário transplantado para os jornais e revistas desde os anos 1870, o folhetim passará a ter destaque na imprensa carioca a partir de 1880,

8 Jornal do Brasil, 9 de abril de 1891, p.1. Rodolfo Dantas, responsável pela primeira redação do Jornal do Brasil, era monarquista, tendo sido ex-ministro da Educação do Império.

9 Jornal do Brasil, 9 de abril de 1891, p.1.

10 Cf. Sergio Pereira. "Histórias e glórias do Jornal do Brasil", in *Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1965. Cadernos do IV Centenário - 13, pp. 200-201 e Edição Comemorativa do Jornal do Brasil, 9 de abril de 1991, p. 3.

quando quase todas as publicações dedicam-lhe um espaço cada vez maior. Fórmula de divulgação da literatura, essa difusão, se, por um lado, leva à popularização do gênero, permite, por outro, a própria banalização da condição de autor. A literatura penetra mais e mais no universo simbólico das representações, no imaginário do público, ao mesmo tempo em que se forma uma verdadeira cumplicidade entre o literato e a imprensa. Ao primeiro era indispensável a formação de um novo mercado. A imprensa caberia difundir o gênero como um verdadeiro fenômeno urbano. Estabelece-se uma aproximação entre literatura, imprensa e público, onde o leitor recorrerá mais e mais aos textos impressos para formar a sua imagem de cidadão.

Há que se considerar também que a literatura gozava junto a determinados grupos de prestígio e os jornais, como forma de participar desse jogo, foram buscar também no trabalho dos literatos elementos para a sua popularização. E a difusão do folhetim, a partir de 1880, populariza os jornais. "Escritores dos mais estimados e distintos do seu tempo" passam a dar sua colaboração, tornando esses diários, espirituosos, leves e populares.¹¹

Os próprios escritores formulavam suas idéias a cerca do folhetim e, principalmente, de sua interrelação com a imprensa. Machado de Assis, na crônica "O folhetinista" assim fala da "nova identidade literária":

"O folhetinista e originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama de inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno: falo do jornal".¹²

A aproximação entre o folhetinista e o jornalista, e as diferenças entre eles ficam ainda mais claras, na visão machadiana, em outro trecho da mesma crônica. Nesse ponto, ao estabelecer essas definições, Machado deixa clara toda uma idealização da figura do jornalista, identificado com observador atento e profundo, como sendo portador de um comportamento sério e vigoroso. Já o folhetinista estaria mais próximo das atitudes de devaneio, frivolidade e futilidade.

*"O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista (...) o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo (...)
Efeito estranho e este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca*

11 José Veríssimo. *A instrução e a imprensa*. Rio de Janeiro, s.e., s.d., p.41.

12 Machado de Assis, "O folhetinista, in *O Espelho*, Edições Críticas de Obras de, Rio de Janeiro, MEC-civilização Brasileira, 1975.

ao devaneio, a leviandade, está tudo encarnado no folhetim mesmo; o capital próprio".¹³

A importância do jornal, enquanto veículo divulgador do literato-folhetinista é também evidenciada pelo escritor. A cumplicidade criada entre os literatos e a imprensa, onde os primeiros - falando de temas da atualidade - procuravam conquistar um público mais vasto, para que a imprensa aumentasse o seu grau de representatividade, é também destacada:

Assim aquinhoado pode-se dizer que não há entidade mais feliz neste mundo, ___ exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo e a bas-bleus paa aplaudí-lo.

Todos o amam, todos o admiram, porque todos têm interesse de estar de bem com este arauto amável que levanta nas lojas do jornal, a sua aclamação hebdomadária".¹⁴

O **Jornal do Brasil** mantinha, desde os primeiros números, sucessivos folhetins: em 24 de maio publicava a sua segunda história - "Dívida de Ouro" - traduzida pelo advogado e jornalista Ulysses Machado.

As colunas fixas - Notícias Políticas, Exterior, Tribunais, Ocorrências Policiais, teatros e salões - continuavam ocupando a página dois. Na três, as rubricas eram Os Estados, Avisos e memorandum, dedicada aos pequenos anúncios. Ao pé da página, informações sobre negócios/comércio: câmbio, entrada de capital, movimento do porto, importações e exportações, notícias marítimas. A última, a quarta, era tomada quase que integralmente pelos anúncios. Apenas uma coluna - Ineditoriais - destinada às cartas, dividia espaço com a publicidade.

Alguns desses anúncios destacam os serviços oferecidos pelo próprio jornal. Na edição de 21 de maio, o **Jornal do Brasil**, sob o título Oficina de Obras, publicou um texto sobre o que de mais moderno podia oferecer em termos de impressão:

Estando completamente montada com máquinas modernas e grande variedade de tipos a nossa oficina de obras, integralmente separada das do jornal, achamo-nos habilitados a satisfazer qualquer encomenda, encarregando-nos da impressão de livros, prospectos, faturas e qualquer trabalho tipográfico dos mais importantes e por preços moderados".¹⁵

Se o texto demonstra a familiaridade do redator com as novas técnicas de venda publicitária, evidencia sobretudo a preocupação do jornal em se

13 Machado de Assis, op. cit., p. 33.

14 Machado de Assis, op. cit., p.33-34.

15 Jornal do Brasil, 24.05.1891, p.4.

mostrar de maneira condizente com os novos tempos. A aspecto característico da mensagem é a modernização do jornal, aproximando-o assim de um ideal de civilização, progresso e modernidade que existia na Capital Federal.

Entretanto, a grande preocupação do **Jornal do Brasil** era se auto-definir sob a marca da imparcialidade. Esse ideal influenciava até mesmo a forma com as notícias passam a ser apresentadas. A opinião mais veemente descola-se para o artigo de fundo, que ocupa, geralmente, de alto a baixo, a principal coluna na primeira página do jornal.

Assim, ao mesmo tempo em que difunde a imagem de isenção política, da imparcialidade que permite cumprir com a missão da imprensa - fiscalizar os poderes públicos e denunciar o que precisa ser revelado - o jornal, editorialmente, é elaborado para referendar essa posição. As informações ganham o lugar que lhe é devido, cada vez mais distantes das opiniões, graficamente colocadas onde é permitido. Três quartos do jornal é ocupado por colunas fixas, onde privilegia-se a edição de informações.

"Melhor do que qualquer programa, o tempo encarregar-se-a de tirar a limpo é a sincera e serena imparcialidade com que equidistantes dos partidos, procuraremos sobretudo servir os interesses da Pátria (...) Não somos de nenhum partido porque prezamos igualmente a todos como fatores de grandezas nacional e nenhum compartimos as ambições ou aberrações".¹⁶

Se a tarefa ou "serviço" do jornal, como afirma literalmente, era fiscalizar os abusos do poder, esse papel era não apenas do novo periódico, mas da Imprensa. O **Jornal do Brasil** era igualado à Imprensa. Essa identificação fazia com que, por vezes, sua própria identidade parecesse relegada a um segundo plano.

"vamos assumir as responsabilidades e obrigar-nos aos deveres da imprensa, em fase deveras singular e no momento realmente crítico até para a imprensa, mas sobretudo para o país, quando velhas são chamadas instituições ainda de ontem, e novas instituições sem dúvida já fundadas, estão por funcionar em grande número dos seus mais importantes órgãos".¹⁷

O texto acima transcrito revela não apenas uma generalização que pretende sobretudo particularizar uma identificação - no caso **Jornal do Brasil** igual a imprensa -, mas também a própria posição política do jornal, por vezes, escamoteada nos seus textos. Ao destacar que "instituições ainda de ontem" são consideradas velhas - no sentido de ultrapassadas - o jornal critica aqueles que iam contra o antigo regime: a Monarquia.

16 **Jornal do Brasil**, 10 de abril de 1891, p.2.

17 **Jornal do Brasil**, 9 de abril de 1891, p.1.

Como construtor de uma memória sobre si mesmo, o jornal referendará uma idéia que também é corrente entre escritores, jornalistas e outros intelectuais, sobre o papel privilegiado da imprensa. Criava-se entre os letrados, uma espécie de consenso sobre o dever da imprensa, ao mesmo tempo em que havia a transformação dessas idéias em documentos-memória.

Analisando uma série de artigos publicados sobre a imprensa, é possível identificar os mesmos nuances de opinião sobre a missão do jornal, da imprensa e dos jornalistas, com aquela forjada pelo **Jornal do Brasil**. A missão do jornal, como a da imprensa, era "servir aos interesses da Pátria".

"A imprensa vem do período ditatorial, coberta de chagas. Esperamos, entretanto, que se lhe venha constituído de vez, no domínio da Constituição nova, o regime de liberdade que foi a menor glória da Carta antiga, haver assegurado durante 70 anos em altura e que desafiam paralelo aos sistemas mais liberais deste século. Nesta convicção é que vimos colocar-nos neste ponto à serviço da Pátria".¹⁸

Desde o final de 1870 há uma preocupação constante de escritores, literatos e jornalistas de caracterizarem os jornais como menos doutrinários, políticos e literários, segundo modelo de informação inglês e americano. Na verdade, com essas afirmações, particularizam o novo jornalismo como neutro e distante de interesses políticos e partidários.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista editorial e gráfico, uma série de inovações foram responsáveis pela criação do que poderia ser chamado de o novo jornalismo. Incluindo nas edições notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade, os jornais mudam o seu conteúdo, a forma como editavam as notícias e o teor das informações. A foto publicada ao lado do texto procuraria, já na virada do século, dar um tom de veracidade ainda maior, ao mesmo tempo em que construía uma representação da sociedade.

O jornal tentava através da técnica alcançar um público mais vasto. Para isso editavam mais e mais o violento, o grotesco, as notícias policiais. Essa valorização, muitas vezes levada ao extremo fazia com que ao fait-divers fosse de fato o assunto principal.

Reapropriando-se de temas do cotidiano e retransformando o texto - vestindo até mesmo os romances com uma nova linguagem e formas de impressão - esses impressos procuram se reafirmar como portadores também de verdades inquestionáveis. Ao mesmo tempo, constroem a imagem de único intermediário possível entre o público e o poder.¹⁹

Através da técnica o jornal procurava também criar uma imagem de neutralidade e imparcialidade. Nas palavras de José Veríssimo teria sido a **Gazeta de Notícias**, fundada em 1875, por Ferreira de Araujo quem inaugurou no Brasil o estilo de fazer "jornal barato, popular, livre de compromi-

18 **Jornal do Brasil**, 9 de abril de 1891, p.1.

19 Sobre o tema cf. Eduardo Silva. **Queixas do povo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

sos partidários ou semelhantes e também jornal fácil de fazer, sem sistema de distribuição de matérias à portuguesa.

*"Escritores dos mais estimados e realmente distintos do tempo, dando a sua colaboração a gazeta tornaram-na querida em todo o país onde a sua liberdade de apreciações e conceitos, a sua veia espirituosa, a sua variedade e leveza a fizeram popular. Além desses jornais neutros e independentes, aparecem alguns políticos."*²⁰

Outros textos do período, publicados na imprensa ou não, referendos a mesma idealização dos jornais como não partidários. Essa independência dos periódicos - que perdem o seu caráter doutrinador - os transformariam em verdadeiras empresas jornalísticas e permitiriam a eles cumprir com a sua missão suprema.

Um interessante artigo, intitulado "A Boa Imprensa", de Clovis Dunshie de Abranches, após caracterizar cada uma das fases porque teria passado a imprensa no país, define o que era o jornal da República:

*"O jornal de balde procura manter as suas gloriosas tradições. A vida utilitária do país, cada vez mais intensa e exigente, muda rapidamente o cenário nacional, ajudada pela degeneração crescente nos hábitos, nas idéias e nas crenças, principalmente, das classes mais cultas. O jornalista começa a parecer acanhado de ser doutrinador. O artigo de fundo decai, fica fora de moda. As próprias crônicas literárias e científicas minguam por falta de leitores. Um vocábulo estranho - o *suelto** - torna-se o único gênero suportado e suportável de crítica ou de censura. A imprensa doutrinária, a imprensa política, a imprensa partidária, sucede por fim a imprensa industrial e ao seu lado a imprensa de escândalo".*²¹

Mais adiante no mesmo texto, o diretor do **Jornal do Brasil** e criador da coluna **Coisas da Política**, que por vezes se assinava também com o pseudônimo de **Lobo Cordeiro**, caracteriza o que seria o jornal e o jornalismo:

*"A imprensa no Brasil nasceu nobre, altiva, cavalheresca. O jornal começou como panfleto, destinado a ser guardado em livro, doutrinário e doutrinador, obedecendo defesa de uma causa e apresentando idéias que se iam vitoriosamente condensando em sucessivos capítulos. O jornal era o jornalista e o jornalismo um verdadeiro sacerdócio".*²²

20 Jose Verissimo. **A Instrução e a Imprensa**. Rio de Janeiro, s.e., s.d., p.41.

21 Clovis Dunshie de Abranches. "A boa imprensa". Conferência realizada no Eden teatro da cidade de Socorro, por ocasião do festival organizado pelo Padre Antonio Sampaio, em benefício da boa imprensa no Brasil. São Paulo, 1919, 15 pgs.(*) chama-se *suelto* ao pequeno artigo de caráter opinativo e que difere do editorial sobretudo por seu tom irônico ou jocoso.

A boa imprensa, a imprensa digna, honesta, moralizadora seria aquela - segundo essas idealizações correntes - que se pautasse na busca da verdade, que pregasse as conciliação, a ordem e o respeito a lei. Seria aquela que pudesse ser a menos partidária, a mais imparcial e neutra. Seria aquela que publicasse a verdade dos fatos. A imagem construída pelos jornais, define a imprensa como instituição imparcial, portadora da verdade. A essas idealizações uma outra ainda será acrescida: a de intermediários entre a população e o poder público.

"A boa imprensa, honesta, moralizadora e digna, o que não a impede de ser ao mesmo tempo noticiosa, elegante, vivas: queremos-la pura, limpa e não trazendo as suas colunas maculadas das interenças que só aguçam apetites vulgares: queremos-la tribuna da verdade e não balcão de mercantilismo; queremos-la autusta magistratura intelectual da Justiça e não apenas a exploração de uma indústria, simples fábrica de publicidade; queremos-la apostolado do bem, escudo do direito, norma do dever, estímulo da virtude e não vergonhoso estendal do vício, escaravelho de podridões, miserável pelourinho difamador: queremos-la finalmente iris de paz e conciliação, pregoeira da ordem e do respeito à lei, e não instrumento de discórdias. facho incendiário de paixões e rebeldias."²³

Se inicialmente o **Jornal do Brasil** particulariza principalmente uma imagem de independência, num período subsequente - que é caracterizado nas edições históricas do jornal como sendo a sua segunda fase - a construção frequente de sua identidade repousa em dois conceitos: ser moderno e popular.

Auto-classificando-se como uma popularíssima folha e gabando-se de ser o diário de maior tiragem da América do Sul, em 1900, o **Jornal do Brasil** enumera em alguns textos uma série de adjetivos para sua classificação que são por si só altamente reveladores: "popularíssima folha", "paladino de todas as boas causas", "eco de todas as queixas e necessidade do público"

Era o "popularíssimo", slogan que cunhou para si mesmo, não apenas pelo teor de suas informações, onde a ênfase às matérias policiais era uma realidade, mas sobretudo por se auto-definir como intermediário entre os seus leitores e o poder público.

A preocupação em mostrar-se como inovador, em relação aos outros periódicos era uma constante. A publicação da primeira seção da imprensa brasileira destinada à mulher, o lançamento da primeira coluna dedicada ao cinema, já em 1894, eram sem dúvida atitudes pioneiras na imprensa da

22 Clovis D. de Abranches, op. cit.

23 Adolfo Augusto Pinto. **Orientação da imprensa diária**. Discurso pronunciado por, em 2.10.1904.

época. Essas inovações se refletiam no seu próprio poder de difusão. Em 1900 era expedido para todos os municípios do país, sendo o único jornal a rodar duas edições diárias. Publicava ainda uma edição semanal ilustrada como fotografuras e fotozincografias - a **Revista da Semana**. Intitulava-se "órgão dos interesses do povo".²⁴

Essa idealização de ter como missão fazer o papel de intermediário entre o público e o poder instituído foi levada ao extremo pelo **Jornal do Brasil** que chegou a criar em sua redação um cargo fixo - o redator das Queixas do Povo - para atender a quem se dirigia ao jornal para falar de seus queixumes.

Essa imagem de proximidade com o seu público leitor foi difundida ao máximo pelo próprio jornal e constitui-se sem dúvida na construção mais acabada de uma identidade introjetada e difundida.

O **Jornal do Brasil** era, nas suas próprias palavras "um paladino de todas as boas causas e eco de todas as queixas e todas as necessidades do público".

A procura direta do público definia a popularidade, ao mesmo tempo em que evidenciava a importância do jornal, que, dessa forma, se transvestia, mais uma vez, em imprensa. Num texto editado em 1896 e extremamente rico para perceber a esta auto-configuração pelo periódico e a transformação dessa idéia em verdade absoluta ao ser transposta para um documento, todas essas imagens ficam extremamente claras. Para Dunshee de Abranches, a imprensa

"realizando pouco a pouco a utopia da confraternização pelas idéias que nas cordilheiras da civilização moderna formam os pontos culminantes das leis descobertas, tornou-se o grande modificador das sociedades (...)

O povo que mais lê é o povo que mais vale.

*A imprensa é o estalão do progresso.*²⁵

Mas, era ainda mais:

*A imprensa é a única arma de valor para os oprimidos e para os fracos que nela encontram, senão a reparação do mal recebido, ao mesmo a consolação de uma defesa ou de uma censura desmoralizadora para o agente da autoridade pública que soube assim tão mal cumprir os seus deveres".*²⁶

Assim sendo, "iam os perseguidos ou os castigados ilegalmente a caminho do **Jornal do Brasil**" que os defendia. Essa era a razão apresentada

24 Eduardo Silva, op. cit., p.48-49.

25 Idem, Ibidem.

26 Idem, Ibidem

para a "peregrinação de reclamantes e queixosos" que todos os dias iam a sede do periódico para buscar essa intermediação. Essa era a razão maior de ser o "popularíssimo".

Essas considerações nos remete a questão da representatividade da palavra escrita no espaço social das cidades brasileiras, bem como a relação com o poder desse grupo, que se constituía no circuito literário dessas cidades, e que com a modernização que se dá após 1870 se amplia consideravelmente.

Esse grupo social que manejava a pena e estava associado às funções do poder foi fundamental na constituição dos espaços urbanos e na formação da face visível dessas cidades, cabendo a eles - através da palavra escrita - instituir instrumentos essenciais para estabelecer a ordem e conservá-la.

Nessa concepção, a palavra escrita passa a ser a única válida, em oposição à falada, que se caracteriza por sua insegurança e perenidade. A palavra escrita com seu sentido de permanência, transmutava-se em eternidade, ao mesmo tempo em que possibilitava a consolidação da ordem, na medida em que podia expressá-la ao nível cultural.²⁷

A cidade era o receptáculo de fontes culturais européias, a partir das quais se construía uma sociedade civilizada. Através da educação pelas letras - valorizada ao extremo - transformava-se o território selvagem em urbano e civilizado, impondo-se novas normas. Nesse sentido, as instituições - dominada por essa pleiade de letrados - são instrumentos obrigatórios para o estabelecimento e conservação da ordem.

Havia, pois, no centro das cidades uma verdadeira cidade letrada, cuja função era cumprir uma missão civilizadora, facilitar a hierarquização e concentração do poder.

Esses intelectuais, que desde a época da colônia manejavam o poder em funções representativas, devem ser vistos como produtores e elaboradores de mensagens, verdadeiros desenhistas de modelos culturais destinados à constituição de ideologias públicas e não apenas como meros executores das instituições.²⁸

Com o processo de modernização ocorrido nas últimas décadas do século XIX, novos grupos são introduzidos nesse verdadeiro império das letras existente nas cidades, como chama a atenção Angel Rama.

Com o crescimento de três setores - a educação, o jornalismo e a diplomacia - assiste-se a introdução de novas formas de normatização e inclusão de processos ordenadores para redefinir a face urbana desses espaços.²⁹

27 Essa representatividade da escrita nas cidades da América Latina e a ordenação dos espaços urbanos a partir da normatização efetuada por um grupo que manejava a escrita e que foi fundamental na constituição física e significativa da cidade é analisada por Angel Rama. Essa cidade letrada, segundo o crítico uruguaio, dominando a cidade real, exercia papéis ordenadores, modernizadores e revolucionários. Cf. Angel Rama. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

28 Angel Rama, op. cit., pp.37-47.

29 Rama cita como exemplo dessa atuação, após 1870, a introdução de leis, da educação e a

A imprensa, com a formação dos jornais-empresas, que no Brasil se dá após 1880, se constitui na mais notória e abrangente ampliação letrada dessa modernização. Com ela, formam-se os novos leitores, consumidores potenciais dos jornais e revistas, que se disseminam a partir de então.

Esses veículos cumpriam também importante papel na formação de um discurso unificado, onde se insere a definição da idéia de nação sobre a ótica das normas urbanas. E é nesse sentido que deve ser entendido o discurso dominante nos jornais sobre modernização, higienização, nacionalismo e outros temas, onde interpretava-se o desenvolvimento sob a perspectiva a ordem e do progresso que leva adiante o poder.³⁰

A transformação física da cidade, por outro lado, promoveu o desenraizamento de seus habitantes. As obras urbanas que mudaram a face visível das cidades, com suas demolições e construções, e os novos costumes trazidos pelos migrantes nacionais e imigrantes, que invadiram esses espaços, contribuíram para uma generalizada experiência de desfiguração do cenário físico, imprimiram uma ação de escrita, que se constitui na raiz identificadora dos cidadãos. A cidade real muda e a idade das letras encontra conjuntura favorável para incorporá-la através das imagens construídas.³¹

A reconstrução do passado através da escrita era obra do grupo de letrados que, ao mesmo tempo que têm na cidade modernizada suas funções intelectuais mitificadas, se transformam, sob certo aspecto, também em senhores da memória e do esquecimento. O uso das letras transforma-se em verdadeiro mito social e se constitui na possibilidade de fixar o presente que está sendo delineado.

A escrita passa a ser identificada como sendo indispensável para alcançar posições sociais. Através de seu uso, adquire-se respeitabilidade e admiração. Será alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e condição precípua para ser incorporado aos centros do poder, com relativa autonomia em relação a esses centros.

Esses mitos possibilitam a própria construção idealizada dos homens de letras, ou no caso latino-americano, das instituições representativas dessas letras.³²

E dessa forma que deve ser entendida a imagem mitificada dos jornais como instituição portadora da verdade e como defensores e intermediários entre a população e o poder público. Na face física modernizada do Rio de

progressiva transformação da Universidade, com a ampliação das escolas técnicas, que contrabalançaram a hegemonia da advocacia e da medicina. Op. cit., pp. 76-79.

30 A literatura nacional e a produção historiográfica do período cumprem as mesmas funções de culto ao herói (símbolo do espírito nacional), redescobrir as contribuições populares e nacionalistas (como formas incipientes do sentimento nacional) e de conferir organicidade a este conjunto, interpretando-o sob a égide da ordem e do progresso. Angel Rama, op. cit., p. 93.

31 Angel Rama, pp.96-98.

32 Na América Latina há, segundo A.Rama, uma desconfiança das capacidades individuais e os mitos opositores do poder se opera dentro de modelos mais coletivizados, de configuração de grupos, op.cit., pp.79-83.

Janeiro, os jornais diários intermediavam as queixas do povo, ao mesmo tempo em que apresentavam a descaracterização da cidade como uma inserção no futuro. Ao mesmo tempo construíam de si mesmo uma imagem onde se configuravam eles próprios como símbolos dessa modernidade.

O **Jornal do Brasil**, que em 7 de junho de 1903, imprimia na sua primeira página a planta da Avenida Central "projetada pelo governo para sanear a cidade e facilitar o deslocamento urbano", se mudaria para um prédio instalado no lugar da modernidade do Rio de Janeiro, no início da década seguinte, orgulhando-se do prédio que mandara erigir: jóia arquitetônica, com relógio e holofotes no topo, vinha a ser o prédio mais alto do continente (10 andares!) e o primeiro a ser levantado com o uso de estrutura metálicas.³³

Plantado na cidadela do progresso, no símbolo do novo e do moderno que se criara na cidade do Rio de Janeiro, o **Jornal do Brasil** construíam um lugar para abrigar especialmente o jornal. Um lugar que, na verdade, se tornava símbolo real e material do próprio jornal. Um lugar onde o jornal guardaria a memória de si mesmo que vinha sendo delineada desde os primeiros tempos. Uma cidadela de sua auto-construção, onde criar-se-ia uma ilusão de eternidade.³⁴

JORNAL DO BRASIL - ANOS MEMORÁVEIS

"Rio, setembro de 67: 14 repórteres deixam o JB para o trabalho. saem para a cobertura da reunião do FMI (... Os 14 eram apenas parte da redação e funcionariam numa verdadeira sucursal montada pelo JB no Museu de Arte Moderna.

Rio, dia do 60º aniversário do Te Deum em ação de graças pela aclamação de Dom Pedro II. O JB acaba de ser lançado. Toda a redação comemora. em 9 de abril de 1891, toda a redação do JB eram apenas seis pessoas".³⁵

O texto do artigo que comemoraria os 77 anos do Jornal do Brasil se redacionalmente difere dos que inicialmente se referiam às grandes datas do

33 Cf. *Jornal do Brasil*, 7.06.1903. p.1 e Edição Comemorativa do Centenário do Jornal do Brasil, pgs. 3 e 21.

34 Com essas afirmações não estamos pretendendo trabalhar com o conceito de Pierre Nora, de *lugares de memória*. A iniciativa de Nora, que se constitui num momento especial, pela frutificação da própria idéia, se por um lado é extremamente rica na definição mesmo desse conceito, por outro é problemática para a sua utilização indiscriminada. Os lugares da memória são para o historiador francês antes de mais nada, restos e só se transvestem como tal se a imaginação o investir de uma aura simbólica. Eles são lugares tanto no sentido material, quanto funcional e simbólico. São os lugares onde se encontrariam a memória e a história. Cf. Pierre Nora. *Les lieux de mémoire* vol. 1, La République. Paris, Gallimard, 1984, pp.XVII-XLII.

35 *Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1968, p.1.

jornal, em essência traz algumas identidades. Os elementos destacados serão os jornalistas, as comemorações e as datas-marco-fundação.

Se o jornal se auto-afirma como independente, verdadeiro e imparcial, os jornalistas, na idealização corrente, deveriam ser desde os primeiros tempos pessoas de temperamento moderado, educação esmerada, inteligência brilhante (...) A personalidade jornalística caracteriza-se pela imparcialidade.³⁶

Nessas edições, como nesses artigos comemorativos, o jornal seleciona aquilo que era considerado memorável do ponto de vista do próprio jornal. Seguindo critérios próprios, cuja função principal seria criar a história do jornal a partir de uma memória centrada em documentos impressos, essas edições privilegiam em seu conteúdo a reprodução daquilo que já teria sido impresso pelo jornal em outra oportunidade.

Com isso, o documento reproduzido, torna-se ele mesmo verdade inquestionável. E o jornal afirma-se como portador dessa verdade, porque ele mesmo através de seus registros é que constrói a sua própria história.

Através de uma seletiva reconstrução do passado, também nessas edições o jornal se delinea se simboliza e se classifica, em relação ao que está a sua volta.

Essas edições comemorativas centram-se em três eixos de conteúdo: a história do próprio jornal, por ocasião da comemoração do aniversário; a história da cidade e a história dos fatos relevantes nacionais. Mesmo, nas edições cujo caráter é comemorar a data de março do jornal existe com e para os fatos históricos nacionais.

Na apresentação do segundo volume *La Nation*, dedicado aos lugares de memória, Pierre Nora produz considerações estreitamente fecundas a cerca da idéia de Nação. Referindo-se a uma conjuntura bastante específica - a francesa - Nora distingue República e Nação, ao mesmo tempo em que confunde com nação pela sua vontade explícita de absorver toda sua herança. Produz toda uma interpretação essa mensagem nas massas por uma mobilização integral que é assegurada, de maneira bem conhecida, de um lado nas fileiras da escola, no sufrágio universal e no serviço militar e de outro pela sua vontade explícita de absorver toda sua herança. Produz toda uma interpretação orientada para a legitimação da República. Faz penetrar essa mensagem nas massas por uma mobilização integral que é assegurada, de maneira bem conhecida, de um lado nas fileiras da escola, no sufrágio universal e no serviço militar e de outro pela política deliberada das festas, das comemorações, dos monumentos cívicos e dos gestos simbólicos.³⁷

Destacando a dimensão simbólica dessa representação, o historiador refere-se ainda a uma idéia de construção que está centrada na Nação enquanto lugar assim dizer, a idéia que a nação projeta dela mesma e a própria glória da nação, identificadas pelas formas políticas e pelas palavras. Há

36 Lobo Cordeiro, op. cit., pp. 35-36.

37 Pierre Nora. *Les lieux de memoire*. vol. 2. *La Nation* Paris. Gallimard, 1984, p. IX.

constantemente no país uma incorporação a sua cultura da definição de sua identidade, e a sua língua é a chave de sua universalidade.³⁸

Essa identidade está presente, sem dúvida, nos documentos criados para a construção da memória nacional. E o documento, como diz Le Goff, não é alguma coisa que fica por conta do passado. É produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de força, onde mais uma vez se apresenta a questão do poder.³⁹

Nesse sentido, as edições comemorativas devem ser vistas como documentos construídos pelo jornal, que percebe no impresso original o caráter também de documentação. A edição comemorativa é um documento/monumento.

Nesses cadernos, no que se refere a história construída do jornal há toda uma caracterização repetida da missão, da trajetória e do dever do periódico. Já no que se diz respeito à idéia de nação as construções tem um caráter ainda mais plural.

Como exemplo da primeira atitude há em vários desses artigos, frases lapidares:

*"O Jornal do Brasil deve manter sempre a linguagem elevada, desapaixonada, sem ataques pessoais. O autor dessa frase é o Conde Pereira Carneiro que neste instante começava a imprimir uma orientação que prevalece até hoje no jornal."*⁴⁰

"Não cortejar o leitor nem pretender levá-lo a concluir contra as suas convicções, mas simplesmente levá-lo a pensar objetivamente. E, sobretudo, fortalecer o sentimento ético como denominador comum na sociedade".⁴¹

A própria configuração dessas edições que se referem a data inicial - fundadora, no sentido de um tempo que começa naquele instante ou seja, quando não há história anterior aquele marco - mostra uma inclusão do periódico sempre em relação aos fatos relevantes nacionais. O jornal existe porque é responsável por registrar acontecimentos em suas páginas. E esses registros transformam-no num documento, recarregado agora na reedição de uma característica monumental.

A edição do centenário do **Jornal do Brasil** é mais uma vez representativa neste sentido. O jornal está sempre referido ao acontecimento que noticiou em outra época. Na primeira década, a história do jornal, identificada com a do país, enumera os fatos que mereceram destaque nas edições

38 Pierre Nora, op. cit., pp. XVII-XVIII.

39 Jacques Le Goff. "Documento/Monumento", in **Memória-História**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Lisboa, Casa da Moeda-Instituto Nacional do Livro, 1984, p. 102.

40 Jornal do Brasil, faz 77 anos, in **Jornal do Brasil**, 9 de abril de 1968, p.1.

41 F. do Nascimento Brito, in "O velho e o novo", Edição do centenário do **Jornal do Brasil**, 7 de abril de 1991, p.1.

originais. Assim, 1891-1901 se resume a quatro acontecimentos: o fim de Canudos, a censura à imprensa no Governo Floriano, a alvorada do novo século e a primeira edição do jornal. De 1901 a 1911, o jornal é a morte de Euclides da Cunha, a Revolta da Chibata e as obras da Grande Avenida.⁴²

O caráter inovador, modernizador, a imparcialidade e a ação fiscalizadora/denunciadora que aparecem nas edições originais, não são apenas reafirmadas agora, como todos esses aspectos servem para definir o jornal hoje. A memória construída pelo **Jornal do Brasil**, reconstrói sua própria identidade.

Essa aproximação memória e identidade é tratada por alguns autores que, nessas análises, relacionam memória e tempo, ambos de natureza social. A memória se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social e num tempo que é também de natureza social. Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é um ato coletivo, que está ligado a um contexto de natureza social e a um tempo que engloba uma construção, uma nação historicamente determinada. A lembrança é a recordação de um tempo revivido.⁴³

A preocupação em relacionar-se com a história do país fica claramente patente na apresentação da edição comemorativa do centenário da República:

"A reunião dos textos que compõem esta edição obedece ao critério de, sempre que possível, publicar o fac-simile da edição original (...) Na falta de conservação dos negativos, as fotos dos períodos mais remotos tiveram de ser reproduzidas das próprias coleções do jornal. Mesmo com o ônus da qualidade inferior, conservou-se assim o critério de só publicar o que efetivamente saiu no Jornal do Brasil".⁴⁴

O texto de apresentação desse caderno comemorativo é extremamente rico da construção de uma idéia de Nação engendrada pelo próprio jornal. Além disso, essa edição trabalha com uma outra construção: a da história do jornal se confundido com a própria história do país, entendendo-se história como os fatos de ontem que estão sendo recontados hoje. Nesse sentido, a história do país é construída a partir e pelo jornal. só merece destaque nesta

42 Cf. Edição do centenário do Jornal do Brasil, 7 de abril de 1991, 47 pgs.

43 Cf. Franco Ferrarotti. **Il ricordo e la temporalità**, Roma, Laterza, 1987, p.. Também David Lowenthal se preocupa com a questão memória e identidade. Cf. D. Lowenthal, op cit., p.. Gerard Hamer ao fazer uma releitura dos textos essenciais de Maurice Halbwach particulariza esta questão ao enfatizar a dimensão simbólica na definição de memória coletiva. Lembrar não é apenas reconstruir o passado, mas reconstituir-lo, numa atualização, que particulariza o sujeito da lembrança, inserindo-o num contexto social. Para Namer há uma parte de nossa memória individual que é construída pela sociedade e há uma parte da própria sociedade e há uma parte da própria sociedade que funciona como uma memória. Cf. Gerard Namer. **Memolre et Societe**. Paris, Meridiens Klincksleck, 1987.

44 Jornal do Brasil. Edição do centenário da República (O Álbum dos Presidentes - A história vista pelo JB), Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1989, p.6.

construção aquilo que foi originalmente noticiado pelo periódico. A história é feita exclusivamente pelos acontecimentos jornalísticos.

Testemunha dos acontecimentos, o jornal constrói na sua própria visão a vida nacional:

"Dos 1.200 meses em que se decompõe a centenária história da República brasileira, o Jornal do Brasil só não testemunhou os primeiros 15. Ou para se fazer outra conta, dos 36.524 dias compreendidos nesses mesmos cem anos, o JB entra em cena no 510^o".⁴⁵

Dessa forma, a história do período republicano começa não em 15 de novembro de 1889, mas em 9 de abril de 1891. A data marco-fundação do jornal é também a data marco-fundação da idéia de República no país.

O propósito desta edição comemorativa é claro: reunir a história do período republicano, ainda que de forma sumária, tal qual foi registrada nas páginas do JB. E o autor do texto de apresentação na época o editor-chefe Roberto Pompeu de Toledo, esclarece, a singularidade dessa história:

"Trata-se de uma história vivida, fresquinha, saída do forno. Uma história tal qual foi captada, no calor dos acontecimentos, por jornalistas, não a história pesquisada e meditada que frequenta os livros dos historiadores".⁴⁶

Estabelece-se, na visão do jornalista, uma diferença fundamental entre o acontecimento revistado pelo jornal e o acontecimento revisitado pelo historiador. O primeiro não mediatizado pela cientificidade, contrapõe-se ao segundo que buscaria a "verdade" dos fatos acontecidos. Se essa atitude, leva muitas vezes a se perceber nos registros jornalísticos "erros" revelados no presente, por outro lado, há uma vantagem:

"A vantagem de capturar, intacto, o sabor da época - mesmo se tromba, aqui e ali, com armadilhas inerentes aos atropelos da atividade jornalística. Exemplo deste caso é a manchete do Jornal do Brasil publicada na edição de 24 de agosto de 1954: Renunciou o presidente da República".⁴⁷

A notícia é na visão do jornalista diferente da história. Embora sejam na verdade, ambos, relatos que em essência são mediatizados pela subjetividade e interpretação do cronista ou do jornalista, contendo silêncios ideológicos. Relatos que são, no caso da notícia jornalística, apenas uma visão dos

45 Idem, p.3.

46 Idem, p.4.

47 Idem, Ibidem.

fatos. Relatos que são, igualmente, uma memória seletiva e que engendra um poder.

Ao longo de toda a edição comemorativa, as páginas reeditadas pelo **Jornal do Brasil** assumem o caráter de documentos. A grafia original mantida, a própria impressão gráfica apresentada na forma original, e o comentário que se distingue do texto de ontem não apenas pela apresentação gráfica, mas por ser o lugar permitido ao comentário, mostram o **Jornal do Brasil** se transformando ele mesmo em país. O jornal, dessa forma, acrescenta às variadas construções de si mesmo uma última e definitiva: é responsável pelo próprio conhecimento que se pode ter hoje do país de ontem. Transforma-se dessa forma na única memória coletiva válida.⁴⁸

CONCLUSÃO

Quando iniciei esse texto sabia dos limites a que estava submetida, em função não apenas de dificuldades de natureza individual, mas sobretudo por estar lidando com um conceito que, como disse Jacques Le Goff, "é crucial".⁴⁹

Entretanto, o desafio de lidar com esse referencial era sem dúvida irresistível. Ao cabo desse trabalho, que pretendeu fazer uma reflexão sobre o tema, algumas certezas e conclusões se sobressaem.

Ao se auto-definir a partir de critérios extremamente próprios, mas sobretudo fazendo do escrito a mola mestra para a fixação da lembrança, o **Jornal do Brasil** construía uma memória de si mesmo que se baseava em referências de natureza cultural e social. Nesse sentido, o jornal deixa de ter a sua individualidade destacada para se igualar a noção de imprensa.

O periódico, na memória que constrói de si mesmo, era a própria imprensa e como tal tinha deveres característicos. Alia-se a isso uma idealização repetida inúmeras vezes que o coloca acima de facções e grupos, definindo sua independência, condição para que pudesse cumprir com sua missão: fiscalizar os poderes públicos, para dessa forma cumprir com o papel de "servir à nação".

A essa construção - marca registrada do periódico desde o primeiro número - acrescenta-se uma outra onde a palavra chave de auto-definição é verdade. Imparcial e buscando sempre a verdade dos fatos, o jornal deixava de ser apenas mais um periódico, para se transformarm num ideal.

A essas acrescenta-se, finalmente, uma última: ser moderno e popular.

Refletindo um ideal existente na sociedade, onde modernização se

48 Memória coletiva está sendo entendida da forma como a define Maurice Halbwachs, distinguindo-a de memória social. Memória coletiva seria a memória característica de um grupo particular e a memória social aquela de toda a sociedade. Mas a memória seria por natureza social. Mesmo a determinados grupos - por exemplo a dos letrados - será de natureza social. O texto é escrito por um indivíduo que está inscrito num grupo e se reporta a símbolos, sinais sociais, que não seriam recuperados sem as imagens do passado que ainda têm significação na memória coletiva hoje. Cf. Gerard Namer, op. cit., PP.

49 Jacques Le Goff, op. cit., p. 11.

igualava à civilização, uma forma de vencer o atraso e caminhar em direção a um tempo superior o Jornal do Brasil orgulhava-se de possuir oficinas gráficas capazes de operar verdadeiros milagres tecnológicos e construía na Av. Central, cidadela avançada do progresso e da modernização da cidade, um prédio de 10 andares, utilizando na sua sustentação estruturas metálicas. Um verdadeiro assombro na época.

Modernizar era a palavra de ordem do Rio de Janeiro, na virada do século, para se igualar aos europeus. A meta era o progresso, entendido como o abandono de uma situação que se identificava com o atraso colonial. Era preciso adequar a face urbana das cidades a essa civilização. E civilizar era ser igual aos europeus, construindo novas avenidas, modernos prédios e derrubando, em contrapartida, tudo aquilo que lembrasse o atraso colonial.⁵⁰

Ser popular segundo a idealização proposta pelo próprio periódico era ser o intermediário possível entre os leitores e o poder público. Essa função tornava o jornal procurado e conferia-lhe, aos olhos da sociedade, popularidade.

Resta ainda uma última conclusão a cerca do reviver o tempo de ontem. Uma terceira e última construção do jornal se produz no momento em que edita os seus textos comemorativos. Recordando o passado, segundo uma ótica extremamente particular, produz de si mesmo, uma outra idealização: passa a ser parte da "história" do país, ganhando relevo e distinção. Não há passado, sem a inserção do jornal. Logo, sem o jornal, não há o tempo anterior e o contexto histórico vivido.

Recordar é reconstruir um tempo experimentado, em função de uma individualidade de natureza social, diretamente ligada ao contexto histórico vivido. A lembrança se constitui numa reconstrução que opera - poderíamos dizer metaforicamente - sobre dois textos : o vivido e o revivido. Lembrar é um processo de reconstrução intertextual e contextual. Processo submetido aos limites da inserção do sujeito social e que ao ser revivido pela história sofre outras limitações.⁵¹

Não há história sem o tempo. Há entre a história e o tempo uma relação de pergunta e resposta, permanente, relacionando o antes e o depois. Fazer história é desviar entretanto, o olhar para o ontem, procurando prescutar o hoje.

Falar de memória é mais do que nunca se referir ao ontem. E o ontem tem significações particulares dentro de nossa individualidade hoje. Tudo

50 Sobre a ideologia de progresso há pelo menos três interpretações distintas. A primeira vê o progresso como cíclico, valorizando a tradição e, portanto, o passado; a segunda percebe uma evolução linear de um tempo de atraso para um melhor, onde estaria o progresso; e, finalmente, na teoria marxista, inserido no conceito estaria uma noção de contradição, dialética e conflito. Cf. Jacques Le Goff, "Antigo e moderno", in op. cit. Robert Nisbet. *História da Idéia de progresso*. Brasília, INL-UNB, 1985. François Pierre Moreau, "L'ideologie du progress", in François Chatelet, *Les Ideologies*. Verviers, Ed. Marabout, 1981. Agnes Heller, "Existe el progreso", in *Teoria de la historia*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

51 Franco Ferraroti, op. cit., p. 92.

isso faz com as nossas lembranças se misture com os textos que lemos e analisamos.

E as nossas limitações aparecem de forma ainda mais contundente. Talvez por isso o desafio seja ainda mais fascinante...

Niterói, 29.11.1992.

Bibliografia

Livros:

- Abranches, Clovis Dunshee de Abranches. *A boa imprensa. conferência realizada no Eden-Teatro, São Paulo, 1919.*
Assis, Machado. *O espelho*, in *Obras Completas*. Rio de Janeiro.
Coelho, Adalberto. *Coisas do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Esperantista, 1940.
Cordeiro, Lobo. *Como se faz o Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Oficina de Obras do Jornal do Brasil, 1896.
Darnton, Robert. *O beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
Duby, Georges. "A memória e o que ela esquece", in *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
Ferrarotti, Franco. *Il ricordo e la temporalita*. Roma, Laterga, 1987.
Finley, Moses. "Mito, memoria e história", in *Uso y abuso de la história*. Barcelona, Critica. 1977.
Le Goff, Jacques. "Memoria", in *Enciclopedia Einaudi*, vol. 1, *Memória e História*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
"Documento e Monumento", in *Enciclopedia Einaudi*, vol 1. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
Lowenthal, David. *The past is a foreign country* Nowa Iorque, Cambridge University Press, 1988.
Nora, Pierre (ed). *Les lieux de memoire*, Volume I e II Paris, Gallimard, 1984.
Pinto, Antonio Augusto. *Orientação da imprensa diária. s/e. 1904.*
Rama, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, 1983.
Silva, Eduardo, *Queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
Verfssimo, José. *A instrução e a imprensa*. Rio de Janeiro, s.e., s.d..

Jornais:

Jornal do Brasil, abril-setembro 1891.

Jornal do Brasil. 400 anos memoráveis. Cadernos JB-IV

Centenário. Jornal do Brasil, 1965.

Jornal do Brasil. 95 anos. 9 de abril de 1986.

Jornal do Brasil. Edição comemorativa do centenário. 7 de abril de 1991.

Jornal do Brasil. O álbum dos presidentes. Edição comemorativa do centenário da República. 15 de novembro de 1989.

Jornal do Brasil. 9 de abril de 1968.

PUBLICAÇÕES INTERCOM

LIVROS

- L01 Comunicação, Democracia e Cultura
Margarida M. K. Kunsch/Francisco Assis M. Fernandes
- L02 Estudos de Comunicação Rural
Miguel Angelo da Silveira/João Carlos Canuto
- L03 Novas Tecnologias da Comunicação
Anamaria Fadul

BIBLIOGRAFIAS

- BBC Bibliografia Brasileira de Comunicação nº 3
- BBC4 Bibliografia Brasileira de Comunicação nº 4
- BBC7 Bibliografia Brasileira de Comunicação nº 7
- BBC8 Bibliografia Brasileira de Comunicação nº 8

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO

- RBC 49/50 Estado, Sociedade Civil e Meios de Comunicação
- RBC 51 O mercado da Cultura (esg.)
- RBC 52 O povo entre a vida e a morte de Tancredo Neves
- RBC 53 ENZENSBERGER: poder e estética televisiva (esg.)
- RBC 54 Comunicação na Selva Amazônica
- RBC 55 Comunicação & Desenvolvimento
- RBC 56 A crônica como gênero jornalístico na imprensa luso-brasileira e hispano-americana: contrastes e confrontos (esg.)
- RBC 57 Democracia, Comunicação e Cultura (esg.)
- RBC 58 10 anos de Intercom
- RBC 59 Comunicação Rural
- RBC 60 Comunicação na Europa
- RBC 61 Comunicação nos EUA e URSS
- RBC 62/63 Telenovela made in Brasil